



RELATÓRIO

O Sector da Construção em Portugal

- 2011 -



Maio de 2012

Ficha Técnica

Título:

Relatório Anual do Sector da Construção em Portugal | 2011

Autoria:

Catarina Gil

Coordenação Geral:

Pedro Ministro

Direção de Análise de Mercados
Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.
Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa
Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@inci.pt

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico	5
1.1. Produto Interno Bruto (PIB)	5
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	7
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)	9
1.4. O Índice de Preços no Consumidor	10
1.5. O Mercado de Trabalho	11
2. O mercado em Portugal - indicadores sectoriais	13
2.1. Contextualização	13
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas	13
2.3. Taxa de juro implícita	15
2.4. Valores médios de avaliação bancária	16
2.5. Índice de produção na construção e obras públicas	18
2.6. Vendas de cimento para o mercado interno	18
2.7. Índice de custos de construção	19
2.8. Segurança no Trabalho	20
3. O tecido empresarial do sector da construção	21
3.1. Títulos emitidos	21
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás	22
3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2010	24
3.2.1. Sector da construção	24
3.3. Insolvências no sector	27
4. A EUROPA	28
4.1. Portugal e os países do <i>Euroconstruct</i>	28
5. Síntese	31
6. Fontes Estatísticas	32

Quadros

Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2000/2010 – variação anual (%).....	5
Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB (ano de referência 2006) taxas de variação homóloga...	6
Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo.....	7
Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB	9
Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos por região.....	15
Quadro 6 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m ²).....	17
Quadro 7 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)	19
Quadro 8 – Classes de alvarás.....	21
Quadro 9 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará	22
Quadro 10 – Amostra das empresas objeto de análise.....	24
Quadro 11 – Liquidez Geral	24
Quadro 12 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe	25
Quadro 13 – Autonomia Financeira.....	25
Quadro 14 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe.....	26
Quadro 15 – Rentabilidade dos Capitais Próprios	26
Quadro 16 – Custos com Pessoal	26
Quadro 17 – Volume de Negócios em Obra.....	27
Quadro 18 – Número de empresas sem Volume de Negócios em Obra por classe	27
Quadro 19 – Número de insolvências no sector da construção.....	27
Quadro 20 – Output da Construção (taxas de crescimento real %)	28
Quadro 21 – Edifícios Residenciais (Variação da produção %)	29
Quadro 22 – Edifícios Não Residenciais (Variação da produção %).....	29
Quadro 23 – Engenharia Civil (Variação da produção %).....	29

Gráficos

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto a preços de mercado – dados encadeados em volume – taxa de variação homóloga (%).....	6
Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)	7
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - dados encadeados em volume taxa de variação homóloga (%)	8
Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %).....	8
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%).....	9
Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %).....	10
Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual).....	10
Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%).....	11
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)	11
Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%).....	12
Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2009 – 2011	14
Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre.....	14
Gráfico 13 – Evolução da Taxa de juro implícita.....	15
Gráfico 14 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento.....	16
Gráfico 15 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m ²).....	17
Gráfico 16 – Índices brutos de produção	18
Gráfico 17 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %).....	19
Gráfico 18 – Número de acidentes de trabalho mortais	20
Gráfico 19 – Títulos habilitantes válidos 2009/2011.....	21
Gráfico 20 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2011)	23
Gráfico 21 – Distribuição de Títulos de Registo por Região Nuts II (2011)	23

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa no ano de 2011 foi decisivamente marcada pela interrupção do acesso a financiamento de mercado e pelo início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Este programa dá-nos um quadro de financiamento estável para o período 2011-2014 e uma estratégia de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos da economia e de aumento do seu potencial de crescimento.

O processo de ajustamento traduziu-se numa queda de 1,6% na atividade económica, prevendo-se apenas que só em 2013 Portugal assista a alguma recuperação na sua atividade, segundo projeções do Banco de Portugal.

Segundo a mesma fonte, a avaliação da execução deste programa revela que tem sido globalmente cumprido, ao nível do défice da administração pública, que tem vindo a diminuir e ao nível do sector bancário, que prosseguiu o seu processo de desalavancagem e o reforço da solvabilidade. No plano estrutural foram implementadas várias medidas no setores financeiro, justiça, política de concorrência e mercado de trabalho.

1.1. Produto Interno Bruto (PIB)

A crise económica portuguesa teve a sua principal tradução na desaceleração do Produto Interno Bruto no ano de 2009. Após um período de 4 anos de crescimentos anuais, o ano de 2008 ficou marcado por um “crescimento nulo” e, em 2009 com uma diminuição de 2,9%. No entanto, 2010 evidenciou um crescimento na atividade económica, registando um aumento de 1,4%, voltando logo no ano seguinte, em 2011, a apresentar uma variação negativa de 1,6%.

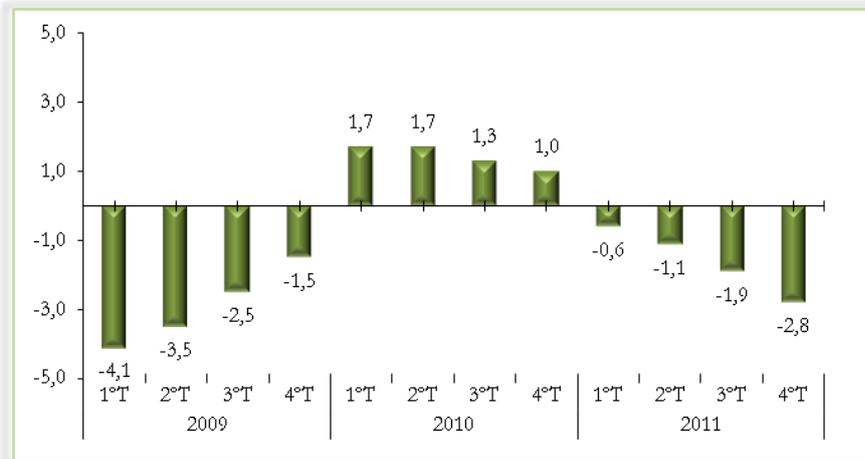
Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2000/2010 – variação anual (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	3,9	2,0	0,8	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,6

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

Analisando a evolução trimestral, constata-se que, embora 2010 tenha sempre apresentado variações positivas da atividade, ainda que com níveis de crescimento progressivamente menores, 2011 não resistiu ao comportamento negativo da procura interna, destacando-se a diminuição das despesas de consumo e do investimento.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto a preços de mercado – dados encadeados em volume – taxa de variação homóloga (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

Por outro lado, o contributo da procura externa líquida tem apresentado sempre variações positivas ao longo de 2010 e 2011, embora as exportações tenham apresentado uma desaceleração ligeira nos últimos dois trimestres de 2011 acompanhando uma diminuição das importações de bens e serviços. Em termos nominais, assistiu-se a uma melhoria significativa do Saldo Externo de Bens e Serviços traduzindo-se numa diminuição da necessidade de financiamento da economia em percentagem do PIB, passando de 8,3% em 2010 para 5,1% em 2011.

Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB (ano de referência 2006) taxas de variação homóloga

	1ºT/09	2ºT/09	3ºT/09	4ºT/09	1ºT/10	2ºT/10	3ºT/10	4ºT/10	1ºT/11	2ºT/11	3ºT/11	4ºT/11
Procura Interna	-4,1	-4,3	-2,7	-2,2	1,4	2,3	-0,7	0,2	-3,3	-5,2	-4,9	-9,5
Exportações	-18,7	-14,6	-9,0	-0,4	9,5	9,6	8,4	7,7	8,4	8,8	6,7	5,8
Importações	-15,6	-13,9	-7,8	-2,4	6,8	9,8	1,3	4,1	-1,1	-4,3	-2,7	-13,5

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo tem tido um comportamento irregular ao longo dos anos. Refira-se que desde 2001, com exceção dos anos 2004 e 2007, as variações têm sido negativas, com particular destaque para o ano de 2009 em que a FBCF decresceu 13,3% e agora em 2011 com uma queda de 14%.

Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo

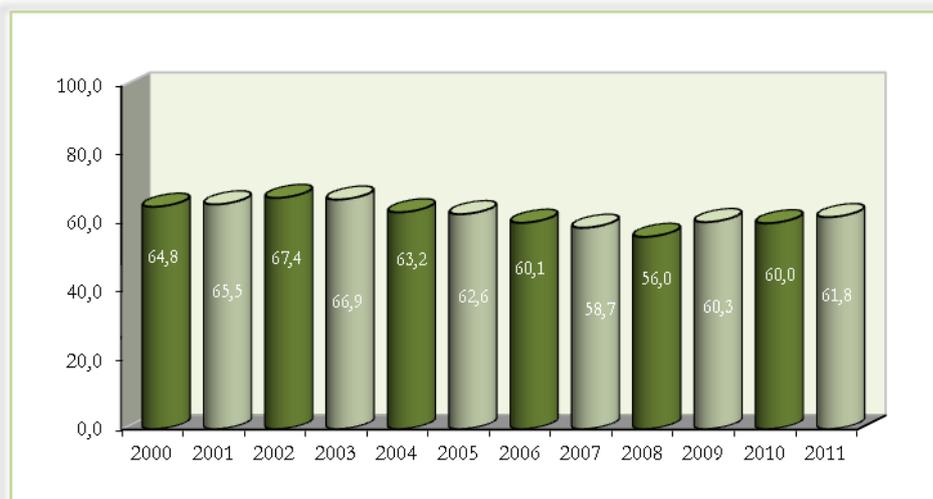
Unidade: milhões de euros

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
FBCF Total	41.055,0	41.539,6	39.411,4	36.301,3	37.648,0	37.304,4	37.078,1	37.843,6	37.801,9	32.785,7	31.595,6	27.165,4
Taxas de Variação Anual	1,6	1,2	-5,1	-7,9	3,7	-0,9	-0,6	2,1	-0,1	-13,3	-3,6	-14,0
FBCF da Construção	26.606,2	27.206,7	26.554,4	24.282,2	23.785,8	23.368,5	22.294,6	22.205,7	21.178,8	19.779,2	18.952,6	16.780,2
Taxas de Variação Anual	3,6	2,3	-2,4	-8,6	-2,0	-1,8	-4,6	-0,4	-4,6	-6,6	-4,2	-11,5

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais - 4º Trimestre de 2011 e ano 2011

Neste domínio, é ainda de referir que, se por um lado a FBCF no sector da construção tem tido um comportamento consistentemente negativo (desde 2002 que, anualmente, este indicador tem tido taxas de variação negativas), por outro, a sua “volatilidade” é menor do que a da FBCF total. Não obstante, é notório que o peso da FBCF da construção tem perdido consistentemente peso na FBCF total: entre 2002 e 2011, a relevância da FBCF diminuiu cerca de 5,5 pontos percentuais, tendo passado de 67,4% para 61,8%.

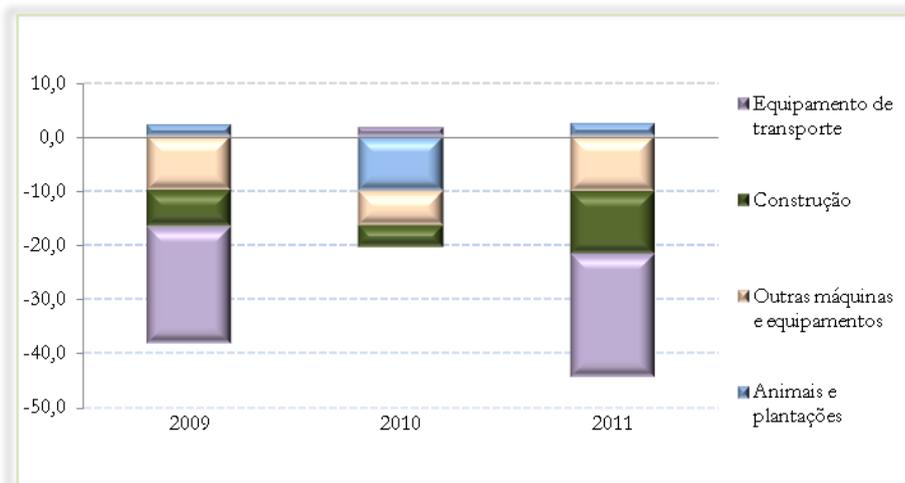
Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

O segmento da construção foi o que mais contribuiu para a redução acentuada do investimento, apresentando uma diminuição de 11,5% em volume (variação de -4,2% no ano anterior).

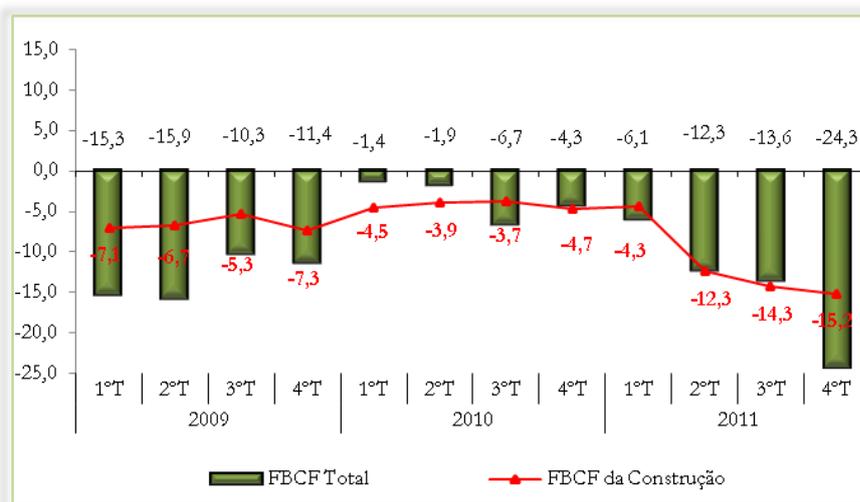
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - dados encadeados em volume taxa de variação homóloga (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

Numa análise trimestral, o comportamento da FBCF apresentou uma tendência semelhante à evolução do PIB, ainda que com maior variação ou oscilação.

Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

A FBCF da Construção, por seu lado, acompanhou a tendência da FBCF Total, se bem que com uma oscilação menos pronunciada. Importa referir que no 4º trimestre de 2011, a FBCF Total e a do sector foram as mais acentuadas durante os três anos analisados.

1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou uma taxa de variação negativa de 1,8%, após ter registado uma variação positiva no ano anterior de 1,4%. O VAB no sector da construção apresentou, por seu lado, uma diminuição mais expressiva de -9,2% relativamente a 2010 (-4,3%), ainda assim menos pronunciada que a diminuição registada em 2009 (-10,7%).

Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB

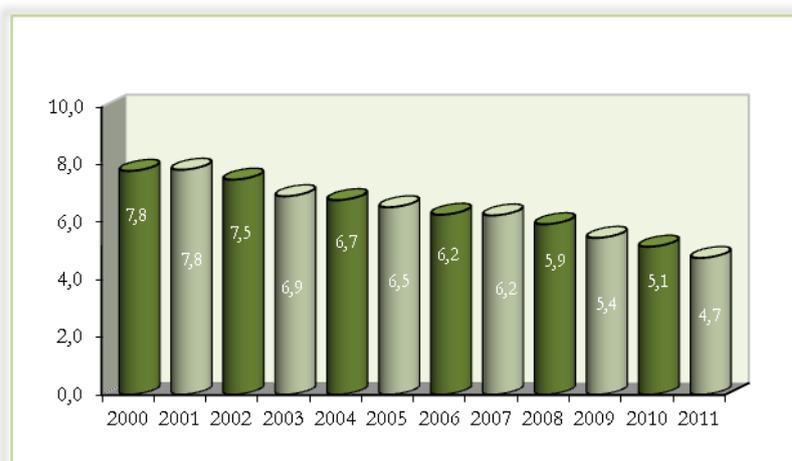
Unidade: milhões de euros

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
VAB Total	152.155,8	155.160,8	156.346,6	154.922,1	157.339,5	158.559,0	160.855,4	164.660,1	164.646,1	159.857,6	162.081,3	159.236,9
Taxas de Variação Anual	3,9	2,0	0,8	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,8
VAB da Construção	11.804,0	12.100,0	11.656,1	10.657,9	10.610,7	10.304,6	10.033,7	10.231,4	9.728,3	8.688,4	8.312,2	7.546,1
Taxas de Variação Anual	6,0	2,5	-3,7	-8,6	-0,4	-2,9	-2,6	2,0	-4,9	-10,7	-4,3	-9,2

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

À semelhança do que se verifica com a FBCF, também ao nível do VAB o sector da construção viu diminuir o seu peso, perdendo 3,1 pontos percentuais de 2000 e 2001 (quando representava 7,8% do VAB total) para 2011 (4,7%). Esta perda de peso relativo corresponde a uma diminuição do valor nominal do VAB da construção, que de um valor de 12.100,0 milhões de euros em 2001, passou para 7.546,1 milhões de euros em 2011, diminuindo nominalmente 37,6%.

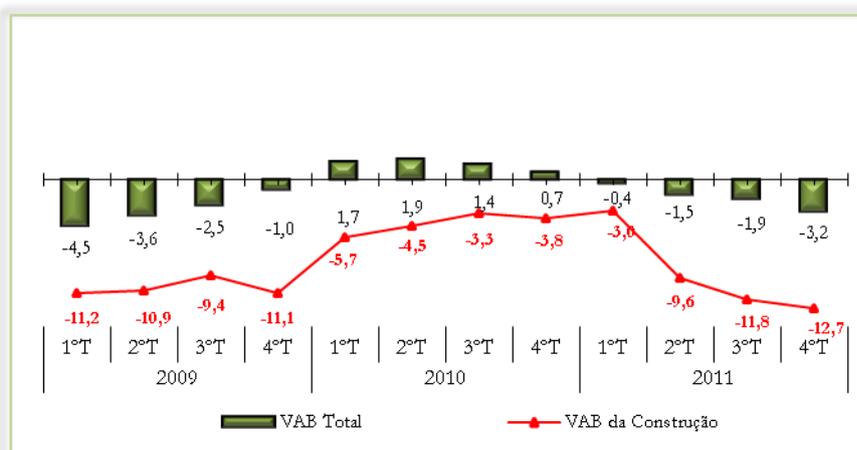
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

Numa análise trimestral dos três últimos anos, constata-se que o VAB da construção apresentou sistematicamente um desempenho inferior ao da economia, ainda que durante o ano de 2010 se tenha verificado uma diminuição da tendência divergente entre o VAB do sector e o VAB total.

Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)

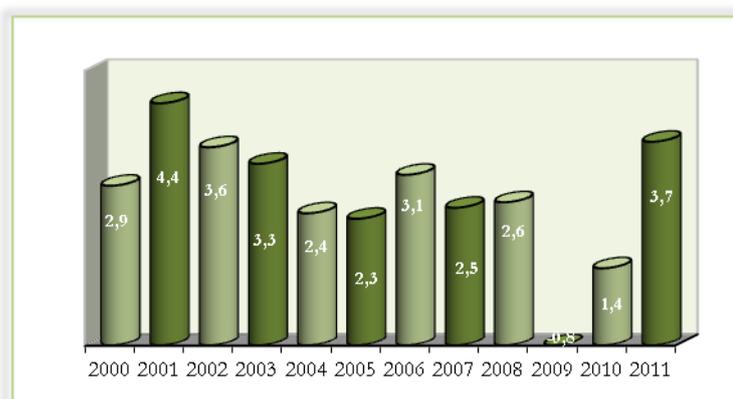


Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre de 2011 e ano 2011

1.4. O Índice de Preços no Consumidor

No gráfico seguinte verifica-se que, em 2011, o indicador da inflação registou uma evolução significativa comparando com os anos anteriores. Assim o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação média de 3,7%, registando em 2009 uma deflação, com uma variação média de -0,8%, em resultado da diminuição da procura interna. O impacto em 2011 no IPC deve-se em muito ao aumento dos preços nos transportes e ao agravamento da taxa de IVA que incide sobre a eletricidade e gás natural (de 6% para 23%).

Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual)



Fonte: INE - Índice de Preços no Consumidor – Dezembro de 2011

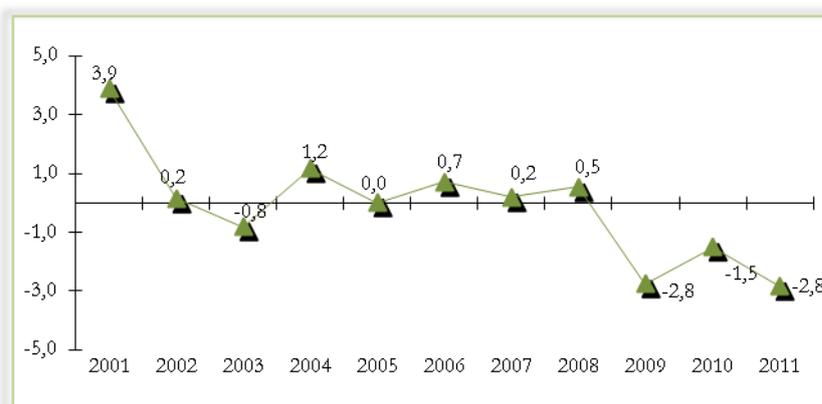
O valor assinalado para 2011 é corroborado pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), que apresentou uma taxa de variação média de 3,6%.

1.5. O Mercado de Trabalho

O Emprego

De acordo com as estatísticas de emprego do INE, no ano de 2011 a população ativa situava-se nos 5.543,2 mil indivíduos, traduzindo uma diminuição de 37 mil indivíduos face ao ano anterior. Em relação à população empregada também se registou um decréscimo homólogo de -2,8%.

Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%)

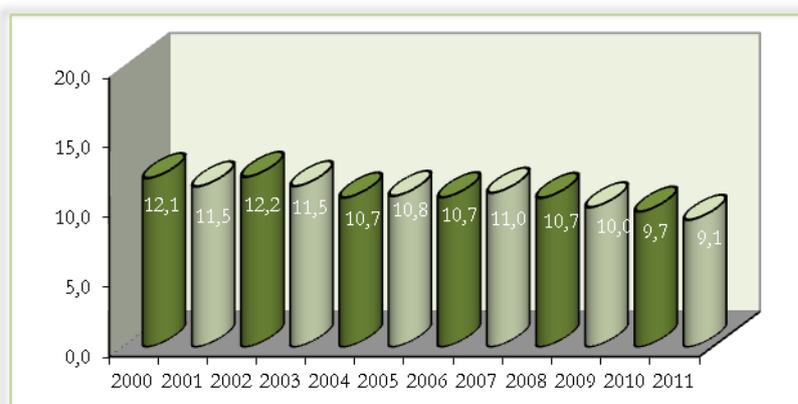


Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2010/1

Acompanhando a tendência da economia, o sector da construção registou, em 2011, uma diminuição de 8,7% da população empregada, correspondente à perda de 42,1 mil indivíduos, de 2010 (482,4 mil indivíduos) para 2011 (440,3 mil).

A diminuição da população empregada no sector da construção foi significativa no total da população empregada, que em 2011 se ficou pelos 9,1%. Esta tem, aliás, sido uma tendência geral, na medida em que desde 2002 o sector da construção perdeu 3,1 pontos percentuais no que respeita ao peso no emprego total.

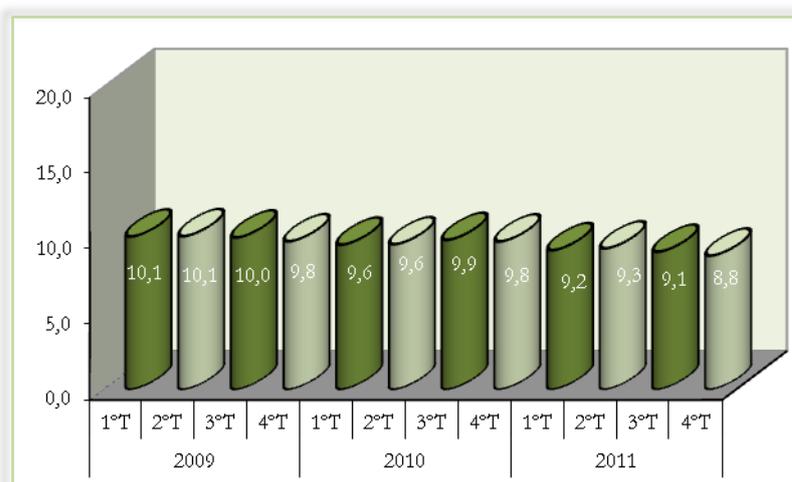
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2011

Em termos trimestrais, o número de empregados no sector da construção diminuiu 8,8% no 4º trimestre de 2011, comparando com o mesmo trimestre de 2010, diminuindo 2,8% em relação ao trimestre anterior.

Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2011

2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SECTORIAIS

2.1. Contextualização

Em 2011, a produção do sector da construção voltou a registar uma quebra em termos reais. Este cenário de queda de produção da construção é também uma realidade no 4º trimestre de 2011.

A dificuldade cada vez maior no acesso ao crédito, à qual se juntam problemas específicos do sector e a própria conjuntura económica agravaram significativamente a tesouraria das empresas, influenciando o investimento público e privado.

A atividade da construção movimenta vários sectores a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos sectores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

Pela análise do gráfico 11, verifica-se que a tendência de evolução do número de edifícios licenciados¹ tem vindo a diminuir nos anos apresentados ao contrário do número de edifícios concluídos² que registou em 2011 um ligeiro aumento, o que significa que para o sector é mais importante a conclusão das obras já iniciadas do que propriamente investir em novo edificado.

Em 2011 foram licenciados cerca de 24,7 mil edifícios (cerca de -9,4% em relação a 2010, correspondendo a um decréscimo de 2,5 mil edifícios) e concluídos cerca de 33,1 mil edifícios (com uma variação positiva de 3,7% em relação a 2010, correspondendo a um aumento de cerca de 1,1 mil edifícios).

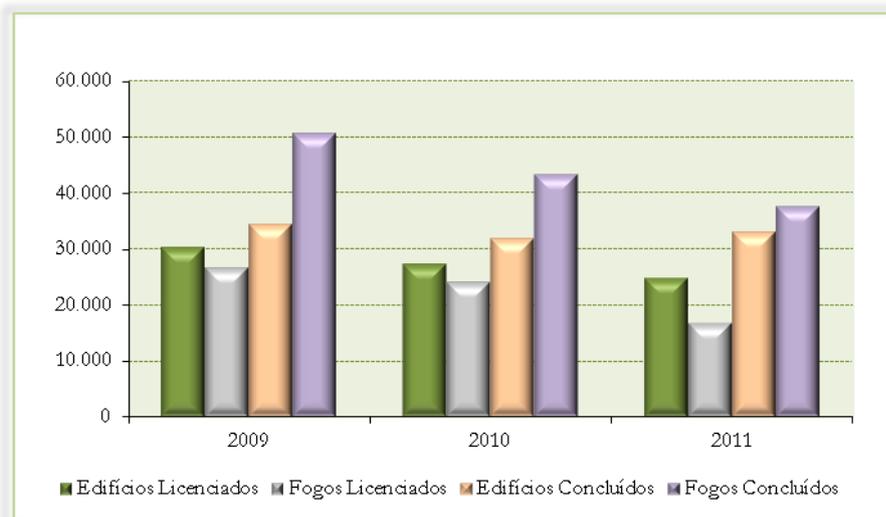
Em relação ao número de fogos licenciados e concluídos destacam-se as discrepâncias nestes três últimos anos, que poderão ser explicadas pela crise e pela alteração das taxas de juro para o crédito à habitação, razões pelas quais o sector da construção retraiu o investimento nesta componente.

Refira-se ainda o decréscimo acentuado de licenciamento de fogos em construções novas: 16 mil licenciamentos em 2011, quando no ano de 2009 tinha ultrapassado os 26 mil, correspondendo a uma diminuição significativa de -37%, podendo indiciar uma transformação estrutural no sector.

¹ O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios

Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2009 – 2011



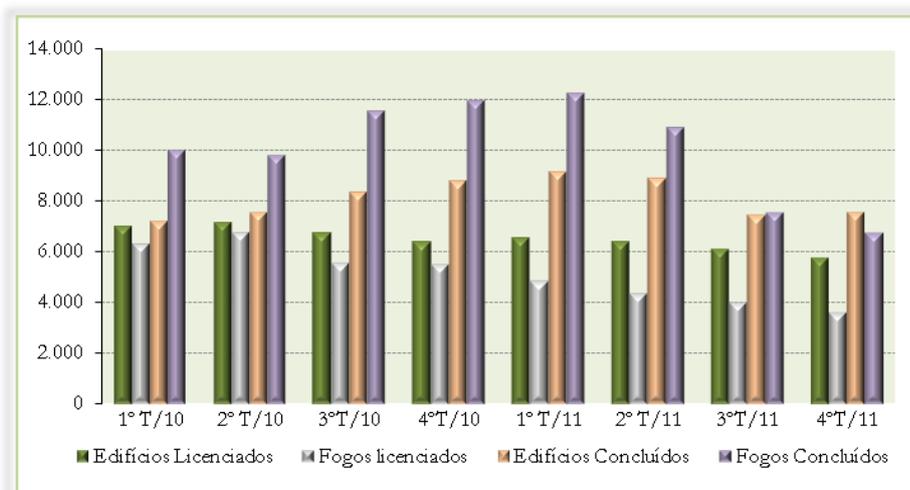
Fonte: INE

Numa análise trimestral, é de destacar que o 1º trimestre de 2011, nos dois últimos anos, foi aquele onde se concluiu mais edifícios, dos quais 12 mil correspondem a fogos.

Em relação ao 4º trimestre foram licenciados cerca de 5,7 mil edifícios, correspondendo a uma variação homóloga de -10,3% e trimestral de -6% e foram concluídos cerca de 7,6 mil edifícios com uma variação homóloga de -14% e trimestral positiva de 1,9%.

Ainda no 4º trimestre de 2011, o número total de fogos licenciados apresentou uma variação trimestral de -10,5%, e variação homóloga com um decréscimo de -34,7%.

Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre



Fonte: INE

Observando o quadro 5 verificam-se as regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos no ano de 2011.

Assim, a região Norte representa cerca de 36,8% e a Região Autónoma da Madeira representa apenas 2,9% no número total de fogos licenciados.

É também a região Norte a mais significativa no número total de fogos concluídos, que representa 32,9% do todo, enquanto, ao invés, a região Autónoma dos Açores representa apenas 1,9%.

Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos por região

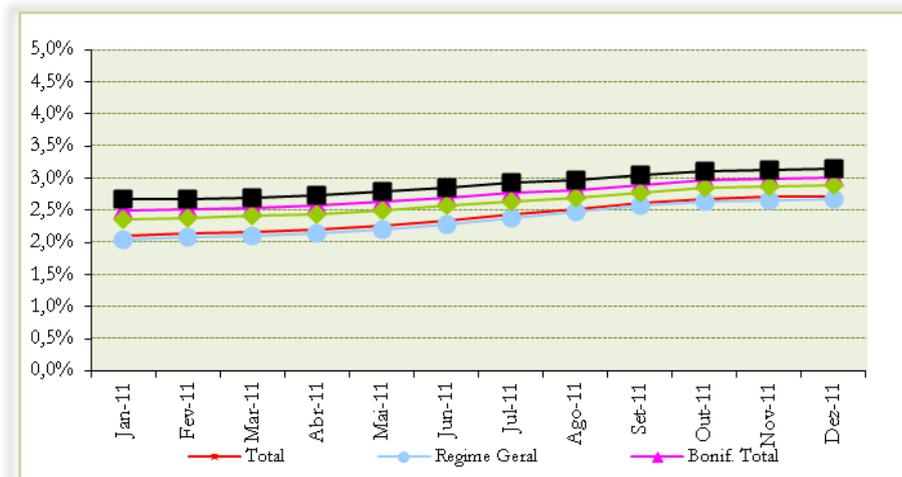
2011	licenciados					concluídos				
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Total	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Total
Norte	1.895	1.526	1.544	1.194	6.159	3.743	3.636	2.503	2.417	12.299
Centro	1.229	1.290	986	933	4.438	3.147	2.786	2.300	1.886	10.119
Lisboa	774	750	653	631	2.808	2.168	1.940	1.283	1.007	6.398
Alentejo	361	343	257	273	1.234	837	648	502	534	2.521
Algarve	187	202	249	153	791	1.649	983	644	538	3.814
R.A. Açores	245	114	184	292	835	261	197	122	141	721
R.A. Madeira	142	105	126	105	478	431	701	175	248	1.555
	4.833	4.330	3.999	3.581	16.743	12.236	10.891	7.529	6.771	37.427

Fonte: INE

2.3. Taxa de juro implícita

No ano de 2011 assistiu-se a uma subida contínua das taxas de juro implícita³. A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação fixou-se no mês de Dezembro de 2011 em 2,72%, aumentando 0,01 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior.

Gráfico 13 – Evolução da Taxa de juro implícita



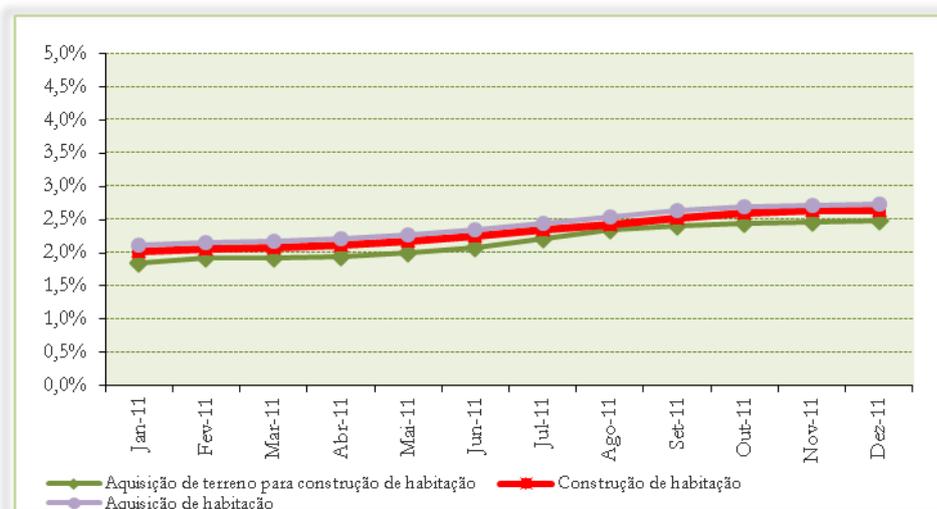
Fonte: INE

³ A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

Refira-se que a taxa de juro implícita se manteve sustentadamente estável ao longo do ano, e a níveis relativamente moderados, pelo que não terá sido por este fator que a crise no sector foi agravada.

Segundo dados do INE, o valor médio do capital em dívida dos contratos de crédito à habitação situou-se, em dezembro, em 56.844 euros (registando uma redução de 15 euros face ao mês anterior).

Gráfico 14 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE

Pela observação do gráfico, verifica-se que em dezembro a subida da taxa de juro abrangeu todos os destinos de financiamento face ao mês anterior: aquisição de terreno para construção de habitação foi de 2,48% (aumentando 0,019 p.p.); para a construção de habitação foi de 2,64%, (aumentando 0,018 p.p.) e para a aquisição de habitação, a taxa de juro implícita foi de 2,73%, tendo também seguido a mesma linha, aumentando 0,016 p.p.

2.4. Valores médios de avaliação bancária

Para o ano de 2011, o valor médio de avaliação bancária da habitação fixou-se em 1.121 euros/m², traduzindo-se num decréscimo de 3,0% face a 2010.

Relativamente a dezembro de 2011, o valor médio da avaliação bancária para o país fixou-se em 1.073 euros/m², correspondendo a diminuições de 1,4% face ao mês anterior e de 5,1% em termos homólogos.

Quadro 6 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m²)

	Dez 10	Jan 11	Fev 11	Mar 11	Abr 11	Mai 11	Jun 11	Jul 11	Ago 11	Set 11	Out 11	Nov 11	Dez 11
Portugal	1.131	1.133	1.139	1.151	1.154	1.149	1.128	1.114	1.105	1.104	1.093	1.088	1.073
Norte	963	960	969	981	988	986	972	1.140	1.088	1.045	1.005	1.037	1.021
Centro	940	947	953	965	967	961	951	1.398	1.427	1.462	1.479	1.436	1.389
Lisboa	1.396	1.399	1.398	1.401	1.396	1.390	1.369	965	966	965	956	957	947
Alentejo	1.041	1.040	1.035	1.039	1.035	1.040	1.036	949	948	950	934	927	916
Algarve	1.459	1.450	1.430	1.440	1.441	1.456	1.429	1.351	1.336	1.337	1.330	1.309	1.284
RA Açores	1.092	1.155	1.189	1.159	1.123	1.091	1.131	1.018	1.013	1.003	999	992	990
RA Madeira	1.432	1.422	1.453	1.425	1.450	1.404	1.415	1.423	1.410	1.416	1.418	1.415	1.387

Fonte: INE

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Ao observar o quadro verificamos que a região de Lisboa foi uma das que registou uma redução mais intensa no valor da avaliação bancária durante o ano de 2011.

Em dezembro, todas as regiões registaram valores inferiores em relação ao mês anterior.

Gráfico 15 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m²)

Fonte: INE

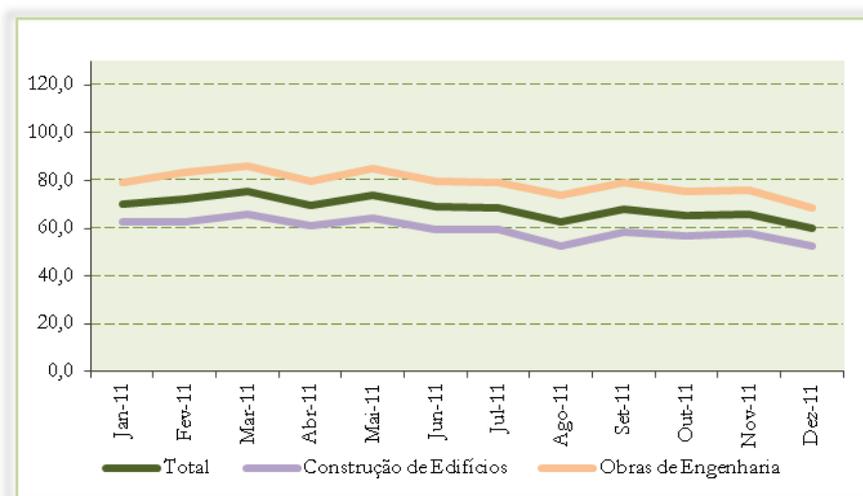
Verifica-se no gráfico 15 que o valor médio da avaliação bancária nos três segmentos tem vindo a diminuir ao longo do ano de 2011, situando-se o valor dos apartamentos em 1.104 euros/m² e das moradias em 1.021 euros/m².

2.5. Índice de produção na construção e obras públicas

Segundo dados disponibilizados pelo INE, a produção na construção e obras públicas apresentou em 2011 uma tendência decrescente com uma redução de 9,9% (diminuição de 8,4% em 2010).

Em dezembro, o índice bruto de produção total apresentou uma variação homóloga de cerca de -13%.

Gráfico 16 – Índices brutos de produção



Fonte: INE

Os dois segmentos observados apresentaram o mesmo comportamento. O segmento da construção de edifícios apresentou em dezembro uma variação negativa de 13,1% face ao mês anterior, enquanto o segmento da engenharia civil registou, igualmente, uma variação negativa de 13,7%.

2.6. Vendas de cimento para o mercado interno

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do sector permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno, continuando a verificar-se uma descida nas vendas, quer em termos trimestrais quer homólogos. Este cenário justifica-se pela menos boa *performance* que o sector tem vindo a revelar nos últimos três anos.

Em termos anuais, as vendas de cimento em 2011 registaram uma variação homóloga negativa de -16,1%.

Quadro 7 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

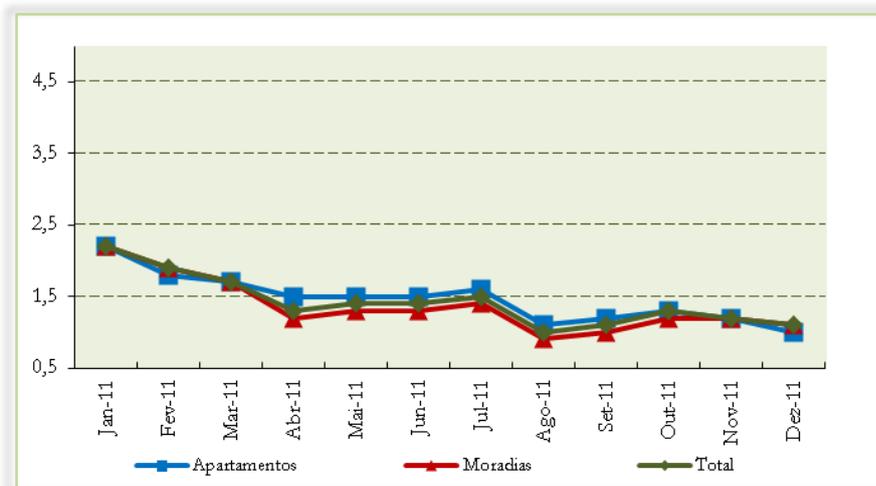
	2009					2010					2011				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
		1.355	1.530	1.475	1.286	5.646	1.254	1.456	1.445	1.224	5.379	1.178	1.215	1.164	958
Var. Trimestral	1º T	2º T	3º T	4º T		1º T	2º T	3º T	4º T		1º T	2º T	3º T	4º T	
	-16,1	12,9	-3,6	-12,8		-2,5	16,1	-0,8	-15,3		-3,8	3,1	-4,2	-17,7	
Var. Homóloga	1º T	2º T	3º T	4º T		1º T	2º T	3º T	4º T		1º T	2º T	3º T	4º T	
	-18,8	-17,5	-15,7	-20,4		-7,5	-4,8	-2,0	-4,8		-6,1	-16,6	-19,4	-21,7	

Fonte: dados cedidos ao InCI, I.P. pelas principais empresas portuguesas no sector

2.7. Índice de custos de construção

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o índice de custos de construção de habitação nova registou em dezembro de 2011 uma variação homóloga de 1,1%, correspondendo a um decréscimo de 0,1 p.p. face ao mês de novembro. Esta ligeira desaceleração foi determinada pela variação do agregado *Materiais* que passou de uma variação homóloga de 2,0% em novembro para 1,5% em dezembro. Em relação ao agregado *mão de obra* estabilizou em 0,7%.

Gráfico 17 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)



Fonte: INE

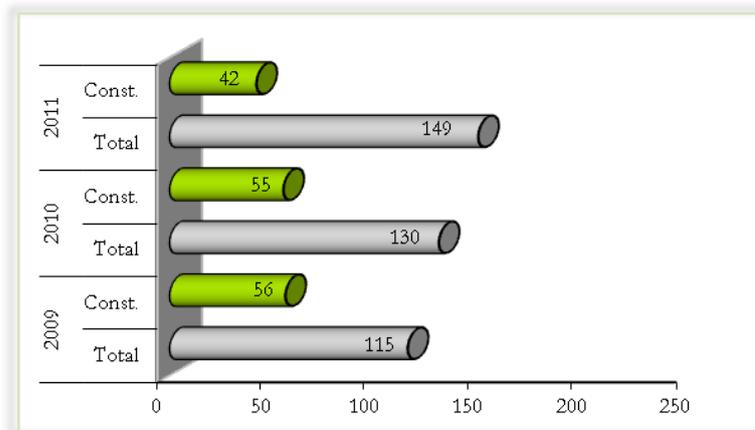
Relativamente às duas componentes, apartamentos e moradias apresentaram esta desaceleração no último mês do ano.

2.8. Segurança no Trabalho

O sector da construção continua a ser aquele onde, pela sua natureza e risco, se regista o mais elevado índice de sinistralidade.

Segundo dados⁴ da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), verificou-se que 2011 apresentou maior número de vítimas mortais em relação aos anos anteriores, no entanto no sector da construção o número de vítimas diminuiu de 55 em 2010 para 42 em 2011.

Gráfico 18 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

⁴ Em 2011 a metodologia utilizada na realização dos inquéritos de acidente de trabalho foi alterada, tendo os inquéritos sido alargados aos acidentes de viagem, de transporte ou de circulação e aos acidentes *in itinere*. Nos anos anteriores apenas foram realizados inquéritos aos acidentes mortais ocorridos nas instalações do empregador, segundo informação da ACT.

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

3.1. Títulos emitidos

A atividade da construção é regulamentada por lei (DL n.º12/2004, de 9 de janeiro com as alterações introduzidas pelo DL n.º18/2008 de 9 de janeiro e DL n.º69/2011 de 15 de junho), sendo necessário para o seu exercício a titularidade por parte dos agentes económicos de um título habilitante (alvará ou título de registo), emitido pelo InCI.

Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes na Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro. Em 2009 e 2011⁵ vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

Quadro 8 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2011
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de 2011, existiam no sector da construção 23.555 empresas habilitadas com alvará e 37.693 com título de registo.

Gráfico 19 – Títulos habilitantes válidos 2009/2011



Fonte: InCI, I.P

⁵ A Portaria n.º57/2011, de 28 de janeiro estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de alvará ficam autorizados a executar

O número de alvarás válidos tem-se mantido relativamente estável, ainda que com uma tendência de descida ligeira. O facto de o número de alvarás válidos ter registado uma diminuição de apenas 1,3% não significa, necessariamente, que a crise não se tenha refletido no sector.

No final de 2011, cerca de 61,6% (14.511) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1. No entanto a classe com maior crescimento em relação a 2010, foi a classe 8, com uma variação de 10% podendo justificar-se pela entrada de novas empresas para essa classe e de reclassificação de empresas classificadas em classes anteriores.

O número de empresas detentoras de alvará nas três primeiras classes atingiu 86,4% (20.360) do total das empresas registadas.

Situação semelhante se verifica quanto ao número de títulos de registo, que também diminuiu de 38.931 para 37.693 em 2011, com uma variação de -3,2%. No caso deste título habilitante, as licenças são válidas por cinco anos, o que faz com que os efeitos reais da diminuição da atividade sejam mais diluídos ao longo dos anos.

3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um crescimento de empresas classificadas nas classes 5, 6, 8 e 9.

Quadro 9 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. 2011/2010
Classe 1	16.354	15.229	15.614	14.958	14.580	14.511	-0,5%
Classe 2	2.486	2.706	2.840	3.393	3.465	3.399	-1,9%
Classe 3	2.990	2.808	2.834	2.673	2.590	2.450	-5,4%
Classe 4	1.652	1.615	1.632	1.635	1.614	1.546	-4,2%
Classe 5	886	945	948	1.007	1.018	1.036	1,8%
Classe 6	354	290	290	323	321	334	4,0%
Classe 7	122	115	120	126	135	132	-2,2%
Classe 8	53	38	38	43	40	44	10,0%
Classe 9	88	83	84	86	96	103	7,3%
Total	24.985	23.829	24.400	24.244	23.859	23.555	-1,3%

Fonte: InCI, I.P.

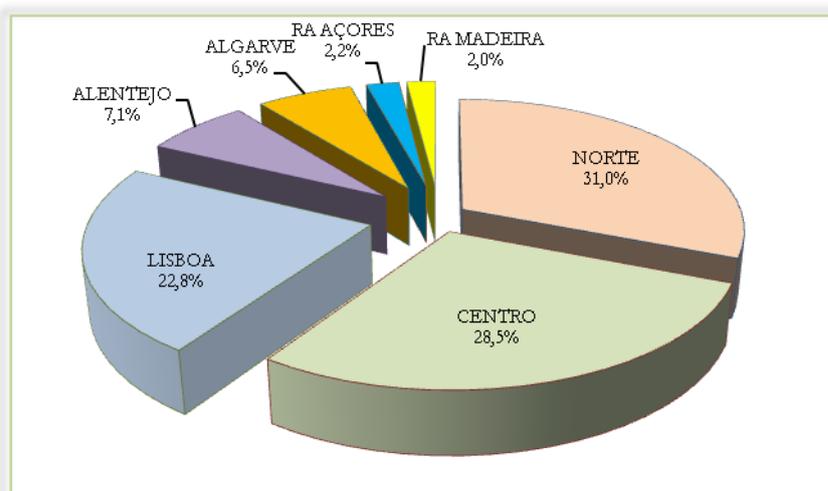
Saliente-se o facto de a classe 1 e 2 representarem cerca de 76% do mercado, ou seja, $\frac{3}{4}$ das empresas de construção, podendo executar obras até 332.000€.

3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (Nuts II), verifica-se que as regiões do Norte e Centro detêm o maior número de empresas com alvará, respetivamente 31,0% e 28,5%.

Por classificação distrital, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 19,4% do total do país, logo seguida do Porto, com cerca de 13,1%.

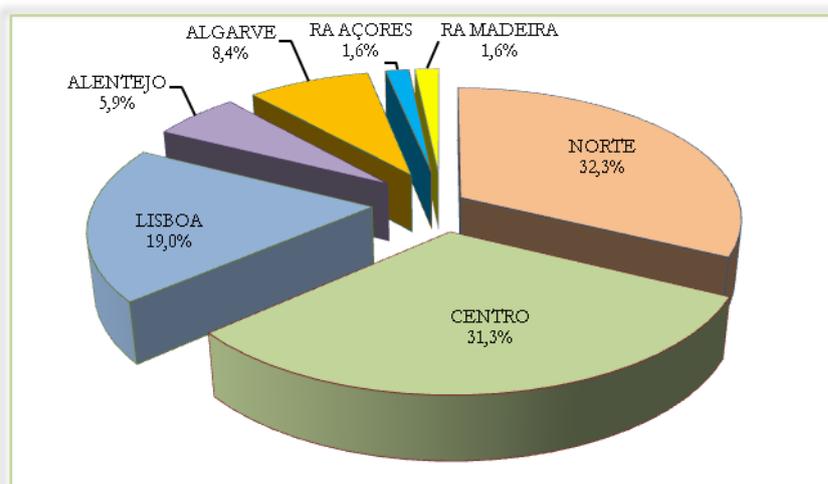
Gráfico 20 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2011)



Fonte: InCI, I.P.

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de título de registo. O Norte é detentor de 32,3% dos títulos de registo e o Centro, de 31,3%. Na distribuição por distritos, Lisboa detém cerca de 15,8% de empresas detentoras de título de registo e o Porto detém 13,4%.

Gráfico 21 – Distribuição de Títulos de Registo por Região Nuts II (2011)



Fonte: InCI, I.P.

3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2010

3.2.1. Sector da construção

O Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, define como um dos requisitos de ingresso e permanência na atividade da construção a capacidade económica e financeira das empresas de construção, aferida em função do valor do capital próprio, do volume de negócios global e em obra e dos indicadores de liquidez geral e autonomia financeira⁶.

Tendo por base as demonstrações financeiras de uma amostra de 21.987 empresas (cfr. quadro infra), relativas ao ano de 2010, correspondendo a 93% do total de empresas com alvará, é possível uma caracterização genérica das empresas de construção reguladas pelo InCI.

Quadro 10 – Amostra das empresas objeto de análise

Classes	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Nº Empresas	13.319	3.268	2.342	1.493	1.000	297	123	44	101

Fonte: InCI, I.P.

Muitas das características do tecido empresarial de determinada atividade são evidenciadas pela análise da situação económica e financeira das empresas, tendo em consideração alguns indicadores económico-financeiros, designadamente, *Liquidez Geral*, *Autonomia Financeira*, *Rentabilidade dos Capitais Próprios*, *Custos com o Pessoal* e *Volume de Negócios em Obra*, com base no cálculo dos quartis superior, inferior e mediana.

Procede-se a uma análise/comparação da documentação fiscal (Balanço e Demonstração de Resultados) da amostra de empresas mencionada. A documentação em causa reporta-se ao ano fiscal de 2010 e foi disponibilizada ao InCI no âmbito do processo de revalidação anual de alvarás para 2012. Assim:

Liquidez Geral⁷

O rácio de Liquidez Geral é um dos indicadores cujo cumprimento é exigido pelo DL n.º 12/2004 de 9 de janeiro, não podendo as empresas detentoras de alvará de classe máxima superior à 1, deter menos de 100% neste rácio no exercício de 2010 ou na média dos três últimos exercícios.

Quadro 11 – Liquidez Geral

Liquidez Geral (%)	Quartil Superior	331,1%
	Mediana	176,2%
	Quartil Inferior	121,4%

Fonte: InCI, I.P.

⁶ N.º 1 do artigo 10 do referido diploma.

⁷
$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Activo corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Pela análise do quadro 11, verifica-se que a mediana neste indicador para a totalidade das empresas que apresentaram documentação fiscal (21.987) foi de 176,2%. O quartil inferior foi de 121,4%, valor acima do limite legal vigente (100%). No entanto 2.567 empresas apresentaram uma liquidez com valor inferior a 100%.

Quadro 12 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.982
Classe 2	244
Classe 3	179
Classe 4	73
Classe 5	58
Classe 6	19
Classe 7	8
Classe 8	3
Classe 9	1
Total	2.567

Fonte: InCI, I.P.

Refira-se ainda que este indicador apresentou, no ano de 2011, um comportamento próximo do registado nos anos anteriores (embora para 2010, o valor de referência para este indicador era de 105%).

Autonomia Financeira⁸

A Autonomia Financeira é outro indicador exigido para efeitos de permanência na atividade, para as empresas de classe superior a 1.

Quadro 13 – Autonomia Financeira

Autonomia Financeira (%)	Quartil Superior	54,3%
	Mediana	31,0%
	Quartil Inferior	16,0%

Fonte: InCI, I.P.

Tendo por referência o limite atualmente exigido (5%) às empresas da classe 2 ou superior, verifica-se que 2.109 empresas (cerca de 9,5% das empresas analisadas) apresentam um rácio inferior àquele limiar. Ainda que destas empresas 1.764 pertençam à classe 1, existem, ainda assim 345 empresas das restantes classes que não cumprem aquele limite, de entre as quais se encontram mesmo 2 empresas da classe 9.

$$^8 \text{ Autonomia financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo Líquido Total}}$$

Quadro 14 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.764
Classe 2	143
Classe 3	101
Classe 4	54
Classe 5	30
Classe 6	8
Classe 7	6
Classe 8	1
Classe 9	2
Total	2.109

Fonte: InCI, I.P.

Rentabilidade dos Capitais Próprios⁹

Este é um indicador importante, no sentido de conter virtualidades para orientar o investidor nas suas decisões de investimento.

Quadro 15 – Rentabilidade dos Capitais Próprios

Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	Quartil Superior	18,1%
	Mediana	5,7%
	Quartil Inferior	0,6%

Fonte: InCI, I.P.

Saliente-se que neste indicador os valores dos quartis diminuíram significativamente em 2011 comparando com o ano anterior. As empresas situadas no quartil inferior têm uma reduzida capacidade de remunerar capitais investidos, o que se poderá dever a um baixo valor de resultados líquidos no exercício em análise.

Custos com o Pessoal

Permite verificar uma relação direta entre a classe detida e o valor deste indicador, já que a exigência em vigor é a detenção, por parte da empresa de, no último exercício um valor de custos com o pessoal igual ou superior a 7% do valor limite da classe anterior à classe máxima detida. Analisando o valor do quartil superior observa-se que este é superior à exigência legal em vigor.

Quadro 16 – Custos com Pessoal

Custos com Pessoal (€)	Quartil Superior	170.918,34
	Mediana	76.478,38
	Quartil Inferior	37.798,30

Fonte: InCI, I.P.

$$^9 \text{ Rentabilidade dos capitais próprios} = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Capitais Próprios}}$$

Volume de Negócios em Obra¹⁰

Quadro 17 – Volume de Negócios em Obra

Volume de Negócios em Obra (€)	Quartil Superior	749.605,56
	Mediana	278.681,02
	Quartil Inferior	119.627,88

Fonte: InCI, I.P.

Da análise do quadro é possível constatar que os valores da mediana e dos quartis parecem consistentes.

Refira-se que da amostra analisada, 262 empresas apresentaram o valor 0 no campo volume de negócios em obra. Destas empresas, 162 são detentoras de alvará de classe 1 e as restantes distribuídas pelas classes 2 a 7.

Quadro 18 – Número de empresas sem Volume de Negócios em Obra por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	192
Classe 2	32
Classe 3	23
Classe 4	7
Classe 5	6
Classe 6	1
Classe 7	1
Total	262

Fonte: InCI, I.P.

3.3. Insolvências no sector

Foram reportados ao InCI o número de empresas que se encontram em processo de insolvência com título habilitante válido a 31 de dezembro de cada ano (2009, 2010 e 2011).

Quadro 19 – Número de empresas em processo de insolvências no sector da construção

Título Habilitante	Número de empresas			
	2009	2010	2011	Total
Alvará	384	507	680	1.952
Alvará + Tit. Registo	28	38	54	145
Tit. Registo	100	141	185	512
Total	512	686	919	2.609

Fonte: InCI, I.P.

10

✓

NO = Venda e serviços prestados + Variação nos inventários da Produção (se positiva) + Trabalhos para a própria Empresa

4. A EUROPA

4.1. Portugal e os países do *Euroconstruct*¹¹

Em Portugal a taxa de crescimento no sector da construção, em 2011, foi – em sintonia com o verificado nos últimos cinco anos – uma vez mais negativa (-10,0%), bastante mais acentuada que nos anos anteriores, como poderá observar-se no quadro 19. Importa referir que Portugal foi o mais atingido pela recessão, registando uma diminuição no PIB de -1,9% (segundo dados do “*Euroconstruct* – 72.^a Conferência – novembro de 2011”, esta economia foi a única que apresentou uma variação negativa para o PIB em 2011).

Segundo dados do *Euroconstruct*, a produção da construção em 2011 para estes países caiu cerca de 0,6%, prevendo-se que em 2012 a queda não seja tão acentuada, embora só seja previsível alguma recuperação neste sector em 2013. O ano de 2009 foi drástico para os países da União, provocando recessões em vários Estados Membros e conduzindo a quedas acentuadas na produção da construção.

Acompanhando a queda de Portugal em 2011, também em outros países, nomeadamente na Irlanda, Itália, Espanha, Reino Unido, República Checa, Hungria e Eslováquia apresentaram taxas de produção no sector negativas (-17,5%, -3,1%, -19,4%, -2,0%, -6,2%, -10,8% e -5,5%, respetivamente).

Os restantes países apresentaram algum crescimento, nomeadamente, a polónia com 12,9% (nos últimos anos tem sempre apresentado taxas de variação positivas) e a Noruega com 6,3% (em 2010 apresentou uma taxa de variação negativa de 2,0%).

Quadro 20 – Output da Construção (taxas de crescimento real %)

	2006	2007	2008	2009	2010 (e)	2011(e)	2012 (p)	2013 (p)
Portugal	-5,3	-0,4	-4,8	-9,9	-6,2	-10,0	-12,9	-5,0
Países do <i>Euroconstruct</i>	3,7	2,3	-3,7	-8,6	-3,6	-0,6	-0,3	1,8

Fonte: 72nd *Euroconstruct Conference*

Notas: (e):estimado (p):previsto

Segundo a mesma fonte, no mercado da construção o segmento dos edifícios residenciais, em Portugal registou uma queda de cerca de 8,5% (valor menos acentuado que em 2010), prevendo-se que 2012 tenha ainda uma queda maior e só em 2013 este segmento comece a recuperar.

Pelo contrário, nos países do *Euroconstruct*, este segmento começa a apresentar variações positivas em 2011, depois de 2009 ter apresentado uma queda significativa de -12,5%.

¹¹ Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça e Inglaterra.

Quadro 21 – Edifícios Residenciais (Variação da produção %)

Portugal	2006	2007	2008	2009	2010 (e)	2011(e)	2012 (p)	2013 (p)
Construção Nova	-8,5	-4,0	-13,0	-30,0	-20,0	-13,0	-22,0	-7,5
Renovação	0,5	-1,5	-2,5	-3,0	-1,0	-3,5	-4,5	-1,0
Total residencial	-5,9	-3,2	-9,7	-20,8	-12,0	-8,5	-13,3	-4,0
Países do Euroconstruct	2006	2007	2008	2009	2010 (e)	2011(e)	2012 (p)	2013 (p)
Construção Nova	6,1	-2,1	-16,4	-22,8	-6,8	2,7	1,8	3,7
Renovação	2,4	3,5	-0,2	-3,5	0,9	0,6	1,0	1,5
Total residencial	4,3	0,6	-8,5	-12,5	-2,3	1,4	1,3	2,4

Fonte: 72nd Euroconstruct Conference

Notas: (e):estimado (p):previsto

O segmento dos edifícios não residenciais apresentou em 2011 uma quebra significativamente superior, com -14,4%, comparando com 2010 que registou -3,5%, quebra que se justificar com a falta de investimento público neste segmento. Esta tendência é acompanhada para a média dos países do Euroconstruct.

Quadro 22 – Edifícios Não Residenciais (Variação da produção %)

Portugal	2006	2007	2008	2009	2010 (e)	2011(e)	2012 (p)	2013 (p)
Construção Nova	-5,0	7,0	1,0	-4,0	-8,5	-17,0	-12,5	-4,5
Renovação	4,0	-1,0	1,0	5,0	20,0	-5,0	-7,5	-2,5
Total residencial	-3,5	5,6	1,0	-2,5	-3,5	-14,4	-11,3	-4,0
Países do Euroconstruct	2006	2007	2008	2009	2010 (e)	2011(e)	2012 (p)	2013 (p)
Construção Nova	4,4	7,0	0,8	-14,1	-6,9	-3,1	-2,7	2,4
Renovação	1,8	2,7	0,9	-3,4	-2,4	0,5	0,1	1,7
Total residencial	3,3	5,2	0,8	-9,6	-4,8	-1,4	-1,4	2,1

Fonte: 72nd Euroconstruct Conference

Notas: (e):estimado (p):previsto

Saliente-se o facto, tendo em conta os quadros 20 e 21, que a renovação/reabilitação quer de edifícios residenciais, quer não residenciais apresentou variações (embora negativas para Portugal) superiores ao da construção nova, o que aponta para um mercado de reabilitação mais consistente e para cidades mais sustentáveis.

Quadro 23 – Engenharia Civil (Variação da produção %)

Portugal	2006	2007	2008	2009	2010 (e)	2011(e)	2012 (p)	2013 (p)
Infra-estruturas de Transporte:								
Estradas	-10,0	1,0	0,0	3,0	-1,0	-9,0	-18,0	-11,0
Caminhos de ferro	2,0	-2,5	-1,0	1,0	-1,5	-12,5	-22,0	-5,0
Outros	1,0	-1,5	0,0	4,0	-4,0	-0,5	0,0	-5,0
Total	-7,0	0,1	-0,2	2,6	-1,3	-9,3	-17,7	-9,4
Total da Engenharia Civil	-5,7	0,0	-0,6	2,5	-0,8	-8,2	-13,8	-7,0
Países do Euroconstruct	2006	2007	2008	2009	2010 (e)	2011(e)	2012 (p)	2013 (p)
Total da Engenharia Civil	3,1	2,1	0,4	0,8	-4,4	-3,3	-2,1	0,4

Fonte: 72nd Euroconstruct Conference

Notas: (e):estimado (p):previsto

O segmento da engenharia civil apresentou, em 2011, uma variação negativa tanto para Portugal como para os países do *Euroconstruct*, -8,2% e -3,3%, respetivamente, que se justifica igualmente pelas fortes medidas restritivas no investimento público nesta área.

Estima-se que, em Portugal, o segmento da Engenharia Civil continue com variações negativas, nomeadamente para 2012, com uma estimativa de -13,8%.

5. SÍNTESE

Em Portugal, o ano de 2011 ficou marcado por uma desaceleração na atividade económica, após se verificar uma recuperação ligeira em 2010, perspetivando-se o fim desta recessão só em 2013.

Ao contrário da maioria dos países que integram o universo do *Euroconstruct*, que em 2010 apresentaram quedas significativas nas suas economias, Portugal apresentou nesse ano uma ligeira recuperação na sua atividade económica. No entanto essa *performance* não resistiu em 2011, ano em que Portugal apresentou um dos desempenhos mais fracos.

Destaque para o abrandamento do crescimento nos EUA, a uma queda do PIB no Japão e a um crescimento mais moderado na União Europeia com evoluções muito distintas nos estados membros. As economias emergentes também desaceleraram, apesar dos países asiáticos continuarem com um elevado dinamismo.

O sector da construção, habitualmente um sector sensível e que funciona como barómetro da economia nacional, acabou por sentir os efeitos da crise, tendo visto a sua situação degradar-se, nomeadamente quanto ao volume de negócios e, conseqüentemente, quanto ao seu contributo para o investimento nacional, sabendo-se, além disso, o peso que esta indústria representa no mercado nacional de emprego.

As perspetivas no mercado nacional para o ano de 2012 e 2013 não serão, seguramente, as que o sector desejaria, não só por via da retração do investimento privado, mas também pelas restrições de natureza orçamental com que Portugal se debate, que impõem contenção na despesa pública e, inevitavelmente, também no investimento público, restrições essas, aliás, que vêm afetando a capacidade de investimento do Estado desde o início da década, e que têm vindo a afetar negativamente a dimensão do mercado interno da construção.

O sector irá confrontar uma conjuntura muito desfavorável – os grandes ajustamentos eram previsíveis face aos excessos da construção nova em Portugal nas últimas duas décadas, quer de edifícios, quer de infraestruturas.

A solução imediata para as empresas do sector passa, em grande parte, pela internacionalização, seja no continente Africano (designadamente Angola e Moçambique) ou no continente Americano (Estados Unidos e Brasil), pese embora a dimensão comparativa não muito favorável das nossas maiores empresas no contexto internacional e mesmo no contexto europeu.

6. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego	INE, IEFP	
	Défice Orçamental	Banco de Portugal	
Sector da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Títulos de Registo	InCI
		Insolvências	
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no InCI, I.P.	
	Macro-enquadramento Europa	Variação da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais e de Obras de Engenharia Civil	Euroconstruct
		Variação do PIB	